

APRESENTAÇÃO: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES¹

Andrea Cornwall²

O interesse na temática do empoderamento de mulheres no âmbito do desenvolvimento internacional tem sido bem vindo por alguns como uma saída da questão nebulosa da “igualdade de gênero” e do engarrafamento da “transversalização de gênero”. Voltando-se mais diretamente para a condição e posição das mulheres na sociedade, parece oferecer a possibilidade de uma preocupação melhor definida e mais transparente com a injustiça, discriminação e a falta de oportunidades que as mulheres sofrem no mundo todo. Feministas veem isto com bons olhos. Mas a questão do poder, foco central dos discursos feministas sobre empoderamento, tem desaparecido, na medida em que agências de desenvolvimento se apropriam do termo. De fato, o que se coloca, hoje, como empoderamento de mulheres no plano do desenvolvimento internacional e de setores corporativos é algo muito mais leve e conciliatório. Não tem nada da força das antigas demandas feministas por justiça e igualdade. A resposta para as desvantagens persistentes em relação às mulheres, aprendemos hoje com os proponentes da nova narrativa de empoderamento, é capacitar as mulheres para exercer *agency* (ou agenciamento) e “fazer escolhas”.

Essa narrativa tem um tom familiar. Parece repercutir algumas das questões que as feministas vêm levantando há décadas. Mas o que isto tudo significa exatamente? Esta nova fala de “empoderamento de mulheres” torna o “poder” uma mercadoria que pode ser repassada, ao invés de tratar de relações estruturais. *Agency* se torna assertividade: ter controle sobre *sua* própria vida, fazer *suas* próprias escolhas por meio da autorrealização, ao invés de implicar o tipo de mobilização coletiva e a conscientização que tem a ver com o ativismo feminista. Fazer “escolhas” fala menos da capacidade de determinar os parâmetros do possível do que da possibilidade de selecionar opções que as intervenções para o desenvolvimento tornam disponíveis.

¹ Tradução do original em inglês por Cecília M. B. Sardenberg.

² Andrea Cornwall é antropóloga social, professora da *University of Sussex*, pesquisadora do IDS e diretora do *Pathways Of Women's Empowerment Programme*, consórcio internacional do qual o NEIM faz parte. É autora de vários trabalhos sobre participação e democracia, empoderamento e direitos humanos das mulheres.

Olhando mais de perto, o que antes parecia ter certa similaridade a uma resposta às demandas feministas, se revela como o que o teórico francês Baudrillard chamaria de “simulacro”: uma cópia de algo com uma aparência desbotada em relação à coisa real, mas extremamente em falta em semelhança substantiva, no que diz respeito ao seu conteúdo. De fato, “empoderamento-light” parece com a coisa verdadeira. Soa como a coisa verdadeira – toma emprestadas palavras do léxico feminista, embora quase sempre em combinações que o destituem de sua força original. À primeira vista, parece estar fazendo precisamente aquilo que as feministas têm feito e demandado há décadas: desde a organização das mulheres em grupos até o oferecimento de treinamento, recursos e políticas que conduzem mais mulheres ao mercado de trabalho e à política.

Mas será que está fazendo algo, de fato, para desmontar as estruturas de desigualdade e discriminação, subjacentes, que levaram as feministas à ação? Muito depende da maneira como o termo “empoderamento” é interpretado. Em algumas partes do mundo, o termo se tornou sinônimo de projetos que oferecem às mulheres pequenos empréstimos e as engajam em atividades de geração de renda, tais como a produção de artesanato para venda. Mas o argumento de que “empoderar as mulheres” se dá apenas por intermédio do seu engajamento no mercado faz confluir poder com dinheiro, emprestando à geração de renda poderes quase mágicos – como se uma vez de posse do seu próprio dinheiro, as mulheres tivessem uma varinha de condão para fazer desaparecer, da noite para o dia, as normas sociais, instituições e relações que forjam suas condições de vida. O “empoderamento-light” promete isto e mais. Seus proponentes acenam com o fascínio de uma corrente de correlações causais que culminam com o Cálice Sagrado do desenvolvimento: a redução da pobreza (veja-se, por exemplo, BUVINIC; KING 2005; WORLD BANK, 2012). No meio disto tudo, as estratégias das próprias mulheres para lidar com as pressões e constrangimentos na sua vida cotidiana se tornam virtualmente invisíveis.

O Programa Pathways – Trilhas do Empoderamento de Mulheres procurou desvendar estas “trilhas escondidas” e torná-las mais visíveis. Buscou, também, entender melhor sob que condições os “motores” das políticas de desenvolvimento para mulheres e meninas podem trabalhar a favor de maior justiça e igualdade bem como para uma democratização mais ampla das relações de poder na sociedade. Estabelecido, em 2006,

pelo *Institute of Development Studies* (IDS), Inglaterra, com financiamento, por cinco anos e em sua maior parte, pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Governo Britânico, com apoio também dos governos da Noruega e Suécia e outras agências de fomento, o Programa Pathways articulou um consórcio de cinco instituições de pesquisa de diferentes regiões do mundo, como núcleos de massa crítica de pesquisadoras e redes nas suas regiões e internacionalmente. O Núcleo do Oriente Médio, com sede na *American University* de Cairo, abrangeu o mundo árabe, engajando pesquisadoras do Norte da África, Palestina e Líbano e voltando-se para políticas inovadoras no Egito, identificando aí o impacto de políticas e novos programas, por meio de estudos etnográficos e diálogos sobre políticas. Analisou, também, o uso de estratégias performáticas e da escrita criativa na transformação das relações de gênero.

O Núcleo da América Latina, sediado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia, atravessou o continente, engajando pesquisadoras da América do Sul e Central em debates, desenvolvendo diferentes estudos, desde análises de políticas públicas e processos de mudanças de âmbito nacional até investigações sobre instituições políticas locais, bem como uma pesquisa sobre o empoderamento de mulheres através das gerações, em um bairro de Salvador, Bahia. Na região do Sul da Ásia, pesquisadoras do Núcleo de Bangladesh, sediado na *BRAC University*, trabalharam com parceiras no Afeganistão, Índia e Paquistão. Seu trabalho reuniu análises dos resultados de pesquisas quantitativas com o estudo da mobilização política de mulheres, em uma variedade de contextos institucionais, com estudos sobre o papel da televisão e de religiões populares na vida pública e privada de mulheres e do uso do filme, fotografia e escrita criativa para melhor entender a dinâmica do empoderamento.

O Núcleo da África Ocidental, com sede na *University of Ghana*, em Acra, trabalhou em Gana, na Nigéria, e em Serra Leoa, desenvolvendo diferentes pesquisas para melhor apreender a dinâmica intergeracional de mudanças econômicas mais amplas, bem como a representação política e mobilização de mulheres e o papel da cultura popular na construção e modelagem de narrativas sobre sexualidade. Um quinto núcleo, com sede no *Institute of Development Studies* (IDS), voltou-se para instituições de políticas globais e para a *Aidland*, ou seja, o mundo do auxílio internacional, combinando pesquisa-ação por

femocratas engajadas no aparato internacional de desenvolvimento com estudos sobre os discursos e significados cambiantes do empoderamento no desenvolvimento.

Os estudos realizados pelo Programa Pathways se desdobraram em três dimensões. Uma primeira procurou entender o impacto de mudanças sociais, políticas e econômicas mais amplas na vida das mulheres, por meio de estudos multidisciplinares que exploraram os contornos mutantes das experiências das mulheres em contextos bastante diferentes. Uma sondagem de nível nacional, em Bangladesh, traçou os impactos das mudanças sísmicas que têm tido lugar no país nas últimas décadas, no trabalho das mulheres, do mundo do trabalho à vida doméstica. Procurou-se, assim, entender em que condições o trabalho pode ser empoderador para as mulheres. Sondagens semelhantes realizadas em Gana e no Egito situaram o trabalho remunerado das mulheres em relação a outras dinâmicas no mercado de trabalho, identificando mudanças e suas implicações para as trilhas de empoderamento oferecidas no mercado de trabalho mutante de Gana, bem como em função do declínio do emprego no setor público para mulheres, no Egito. Como bem aponta o artigo de Naila Kabeer neste dossiê, juntos, estes estudos demonstraram a importância, para o empoderamento de mulheres, do seu acesso a fontes de renda regulares e independentes.

Estudos de uma série de contextos políticos transicionais mapearam as mudanças engendradas por ordens políticas e sociais em mutação, na medida em que países antes sob regime militar e ditaduras conquistaram governos democráticos. Estes estudos contribuíram tanto para uma análise mais ampla do impacto de mudanças políticas na capacidade das mulheres darem voz a suas demandas, quanto para análises mais detalhadas das barreiras estruturais e institucionais à participação política mais efetiva das mulheres em determinados contextos – indo além da arena da política formal para incluir a organização sindical das mulheres, os movimentos feministas e de mulheres e seu ativismo em prol de um amplo leque de questões de direitos. A contribuição de Mariz Tadros para este dossiê faz uma reflexão sobre alguns becos sem saída e sobre algumas “rodovias” e trilhas menos viajadas por trabalhos anteriores sobre o engajamento político das mulheres, trazendo alguns *insights* dos resultados do Programa Pathways.

Uma segunda dimensão do trabalho do Pathways foi orientado para a investigação de políticas e programas desenhados especificamente para o empoderamento de mulheres,

ou, de outra forma, voltados para mulheres e igualdade de gênero. Estudos de caso se voltaram para questões de corpo, voz e trabalho, muitas vezes em combinação. Um exemplo foi o estudo etnográfico realizado por Hania Sholkamy, coordenadora do Núcleo do Oriente Médio, que acompanhou a formulação e implementação do Programa de Transferência de Renda Condicionada do Egito, iniciado com uma oficina internacional apoiada pelo Pathways na qual as “lições aprendidas” com programas semelhantes na América Latina foram discutidas. O sumário de recomendações para políticas baseado na experiência do Egito e incluído neste dossiê faz uma reflexão sobre o que é necessário para se formular um programa feminista de transferência de renda que possa genuinamente ser empoderador para as mulheres.

Outro estudo de caso, também incluído neste dossiê, é o da Lei Maria da Penha no Brasil, que se centra no OBSERVE, o Observatório criado para monitorar a implementação desta lei e no qual a coordenadora do Núcleo da América Latina do Pathways e autora do artigo em questão, Cecilia Sardenberg, teve um papel de liderança. Dentre outros estudos, incluem-se o de Mulki al-Sharmani sobre a implementação das Varas de Família no Egito, a pesquisa de Ayesha Khan, sobre o Programa de Senhoras Agentes de Saúde, no Paquistão e os estudos de Takyiwaa Manuh e de Hussainatu Abdullah, sobre intervenções no campo da participação política das mulheres, em Gana e Serra Leoa, respectivamente.

Finalmente, a terceira dimensão de estudos do Pathways diz respeito a estudos sobre fontes de empoderamento e desempoderamento na vida das mulheres que não são normalmente vislumbrados por agências de desenvolvimento, governos e organizações não governamentais (ONGs). Muito de nossas pesquisas sobre sexualidade entra nesta categoria. A maior parte delas lida com o domínio da cultura. Um exemplo disso é o estudo de Akosua Adomako e Awo Asiedu sobre as representações negativas acerca da sexualidade feminina na música popular de Gana bem como a pesquisa-ação que se desdobrou a partir deste estudo, procurando engajar artistas populares em processos de mudança destas narrativas de sexualidade.

Outro estudo desta ordem é o de Aanmona Priyadarshini e Samia Rahim sobre os hábitos de assistência televisiva de mulheres de uma favela em Dhaka. O trabalho destas autoras revelou dimensões de *agency* e desejo que podem permanecer escondidos em programas que se propõem a “empoderar” mulheres destas camadas. No campo do

desenvolvimento, a sexualidade é comumente representada como fonte do mal e do perigo, ao invés de algo que implica em prazer e intimidade. Nosso trabalho sobre sexualidade procurou romper com este pensamento limitador, explorando os aspectos positivos e o poder político do prazer, tal qual delineado no artigo de Kate Hawkins, Andrea Cornwall e Tessa Lewin que integra este dossiê.

Para o Programa Pathways, refletir sobre as prioridades e os pontos cegos das instituições de desenvolvimento internacionais foi, em si mesmo, um objetivo do nosso estudo. Ao invés de assumir que formuladores de políticas necessitavam apenas de versões empacotadas dos nossos achados para poderem transformá-las em ações – um pressuposto que é comum entre pesquisadoras e pesquisadores –, nós nos demos conta de que uma outra “trilha escondida” estava nos efeitos transformadores de uma prática reflexiva (uma práxis?). Desenvolvemos, assim, um projeto engajando burocratas feministas (femocratas) de diferentes organizações internacionais em uma série de oficinas reflexivas sobre os dilemas por elas enfrentados em defender questões relacionadas ao empoderamento de mulheres e igualdade de gênero em suas organizações, que revelou alguns dos enormes desafios antes não perceptíveis para ativistas e outras defensoras das questões de gênero. O trabalho de Rosalynd Eyben neste dossiê reúne algumas das lições do Pathways para feministas trabalhando nestas instituições, com visões mais amplas também para feministas burocratas em outros órgãos, governamentais e não-governamentais.

O Programa Pathways produziu um grande corpo de trabalhos, que estão sendo gradualmente publicados como volumes na nova série do Zed Books, *Feminisms in Development*, bem como em dossiês em periódicos, como este aqui. O que podemos aprender quando mudamos nosso olhar e o fixamos com atenção especial nas experiências das próprias mulheres e o que elas têm aprendido com suas próprias trajetórias por diferentes trilhas de empoderamento? Uma das lições mais importantes diz respeito ao fato de que não existe uma intervenção padrão, tipo “tamanho único”, que possa, simplesmente, produzir em todas as mulheres os efeitos de um sentimento de maior controle sobre suas vidas e que é geralmente pensado como “empoderamento.” Mas aprendemos, no entanto, que onde os programas incluem uma dimensão que procura engajar as mulheres, ativamente, em uma reflexão crítica, consciente, de suas próprias circunstâncias de vida e compartilham esta reflexão com outras mulheres, seus pares – o que Paulo Freire chamou

de *conscientização* e feministas descrevem como *consciousness raising*, ou elevação da consciência – isto pode fazer uma diferença muito maior para as mulheres do que quando apenas se oferece empréstimos a elas, se lhes repassa uma transferência de renda ou, simplesmente, ensina-se a elas um ofício.

O documentário do Pathways sobre o Programa “Chapéu de Palha – Mulher” da Secretaria de Políticas para Mulheres de Pernambuco mostra que a visão e práxis feministas permeiam o desenho do Programa e sua implementação. As mulheres recebem um auxílio para participar de um curso de treinamento sobre seus direitos como cidadãs, sendo também lhes oferecido espaço para uma reflexão crítica sobre gênero, raça e classe. Só depois é que as mulheres escolhem um curso de treinamento em algum ofício; aliás, depois das oficinas iniciais de reflexão, muitas das mulheres acabam escolhendo treinamentos que fogem dos estereótipos de gênero, tornando-se soldadoras ou motoristas, ao invés de costureiras ou cabeleireiras. Os efeitos empoderadores incluem, também, o reconhecimento, por parte das mulheres, do seu direito ao lazer assim como dos seus direitos trabalhistas. Da mesma forma, o Programa de Transferência de Renda Condicionada do Egito tem efeitos empoderadores porque trabalha para desenvolver, nas mulheres, um sentido de cidadania, de sorte que as mulheres vejam as transferências de renda não como uma esmola e sim como um direito. Trabalha, também, com as intermediárias – as assistentes sociais que visitam e registram as mulheres no Programa – procurando, assim, construir um relacionamento transformador no cerne da própria intervenção!

Outro achado fundamental que emerge de vários estudos do Pathways é a importância da mobilização de mulheres para a conquista de mudanças positivas em suas vidas. De fato, este é um tema que se repete continuamente em áreas tão diferentes quanto saúde reprodutiva das mulheres, trabalho feminino no setor informal e força política das mulheres. Onde as mulheres conseguem se juntar a outras mulheres e se organizar para fazer demandas, construir apoios e alianças e deslanchar ondas, elas têm muito mais chances de sucesso em trazer mudanças para outras mulheres bem como vivenciar, em si próprias, os efeitos empoderadores da mobilização. Por certo, a importância da articulação e organização de mulheres é totalmente evidente para qualquer ativista feminista. Mas isto não está refletido nos tipos de orçamentos e apoios endereçados às mulheres por agências internacionais de desenvolvimento, como a Associação pelos Direitos das Mulheres no

Desenvolvimento (AWID) bem demonstrou em seu estudo “*Where’s the cash for women’s rights?*” (“Onde está o dinheiro para os direitos das mulheres?”).

Uma outra lição, comumente deixada de lado pelas agências internacionais de desenvolvimento, se volta para a relevância crucial do contexto específico em forjar as condições sob as quais as mulheres vivenciam algo como empoderador. O que pode ser algo transformador em um contexto – por exemplo, poder sair de casa para trabalhar fora – pode ser tão comum em outro que mal pode ser visto como algo que tem a ver com a perspectiva de empoderamento. Da mesma forma, o que pode ser interpretado como desempoderador em um contexto – adoção do uso do véu, por exemplo – pode ser entendido de outra forma, até mesmo empoderadora, em outro. Como uma das mulheres entrevistadas por Samia Huq, em Bangladesh, afirmou, ela sentia o seu poder interior quando estava totalmente sob o véu.

Feministas vêm de há muito argumentando que “empoderamento” não é algo que pode ser dado ou feito para as mulheres. O mote feminista “o pessoal é político” coloca as raízes do processo de empoderamento na expansão da conscientização das mulheres. Quando as mulheres reconhecem o seu “poder de dentro” e agem junto a outras mulheres para exercitar seu “poder com”, elas conquistam o “poder para” atuarem como “agentes” de mudanças. A experiência feminista tem demonstrado ser este um processo que pode se desenvolver ao longo de “trilhas” bastante diferentes para as quais raramente existe o tipo de “atalhos” vislumbrados por proponentes do “empowerment-light”.

Na perspectiva feminista, empoderamento é menos um destino do que uma jornada. Retraçar estas jornadas, como elas se desenrolam em contextos diferentes e em épocas diferentes pode nos oferecer novas visões sobre os tipos de mudanças que contribuem para o avanço da justiça social e de gênero. Isto implica em uma abordagem voltada para a experiência vivida ao invés de para estereótipos, uma abordagem que pode tolerar contradições e celebrar visões plurais assim como versões de empoderamento que se enquadram nos contextos em que são expressadas. Trata-se de uma abordagem que pode reformular o processo de empoderamento de uma maneira em que se restaure o conceito de poder como instrumento de luta para um mundo mais justo e igualitário.